



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE PARACATU – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ÉZIO MARTINS CABRAL JÚNIOR



Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 30-10-1991
Data de implantação do PJe: 30-7-2013

Jurisdição: Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Paracatu, Vazante.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 6-2-2016, p. 2.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8 horas dia trinta de março de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Paracatu, situada na Avenida Deputado Quintino Vargas, nº 130 – 2º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Ézio Martins Cabral Júnior**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Luzia Lourdes de Lima; pelos servidores Acácio Rubens Rubinger Rocha, Ana Paula Pinheiro de Carvalho, Ayana da Costa Leite, Deuslira Sousa Afonso, Fernanda Leopoldo Gomes, João Augusto Monteiro do Prado, João Batista Ramos, Lourenço Aldo Pereira da Silva, Ruth Ester de Almeida França, Sílio Alexandre do Couto Araújo, Silmara Oliveira Dias e Virgínia Aparecida Alves da Silva; pela estagiária Patrícia Barros Cardoso. Ausente o servidor Geraldo José Pimentel Lucas, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 401 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 29-3-2017, apurando-se a média de 8,9 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 55 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 14 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 51 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais nenhuma foi devolvida pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 584 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 108 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 37 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 4 autos de processos físicos com carga, das quais 2 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Não constam autos de processos físicos com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 1.185 processos pendentes para exame de peritos.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 30 mandados expedidos em processos físicos e 283 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 5 pendentes de cumprimento em processos físicos e 160 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Não há autos de processos com carga para Cálculos Judiciais.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado de processos físicos da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos *sine die*.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 29-3-2017, que existem 26 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 29-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	169
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	1
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	288
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	0
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	205
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	13
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	200



1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.365 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 881 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 447 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 37 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 29-3-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, no ano 2015, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.384, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 29-3-2017, existem 26 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 29-3-2017 havia 10 processos:

- a) **procedimento ordinário:** 6 processos;
- b) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 4 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010270/17, 0010271/17, 0011893/16, 0010273/17, 0010275/17, 0011894/16 e 0010248/13.

RESULTADO – os processos encontram-se em ordem.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 5 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

xame dos autos dos processos do Pje 0010152/17, 0010151/17, 0010064/17, 0010200/17, 0010217/17, 0010295/17, 0010247/17, 0010220/17, 0010056/17, 0010216/17, 0010163/16, 0010201/17, 0011681/16, 0010021/17, 0010091/17, 0010204/17, 0010206/17, 0011746/16, 0011796/16, 0011794/16, 0011987/15, 0010157/17, 0011515/16, 0010205/17, 0010145/17, 0010203/17, 0011720/16, 0011010/16, 0011434/16, 0011056/16, 0010066/17, 0010087/17, 0011748/16, 0010745/16, 0010705/16, 0010033/17, 0011618/16, 0010583/16, 0010555/16,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0011151/16, 0011054/16, 0011119/16, 0011142/16, 0010120/15, 0010303/16, 0010933/16, 0010218/17, 0010234/17, 0011098/15, 0011181/15, 0011864/16, 0010067/17, 0010087/16, 0011890/16, 0011493/16, 0011834/16, 0010146/17, 0010030/17, 0011581/16, 0010208/17, 0011821/16, 0010320/17, 0010286/17, 0010287/17, 0010284/17, 0011687/16 e 0010253/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010201/17, 0010091/17, 0010204/17, 0010206/17, 0011515/16, 0010205/17, 0010203/17, 0010087/17, 0010146/17, 0010208/17 e 0011010/16: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010151/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id f3df3c4 (mais de 10 dias);

- 0010217/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id c8294f3 (mais de 10 dias);

- 0010247/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2f876eb (mais de 10 dias);

- 0010220/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 262a369 (mais de 10 dias);

- 0010583/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 7759509 (mais de 20 dias) e Id 43424f2 (mais de 10 dias);

- 0011151/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4902edc (mais de 10 dias) e cumprimento – Ids 7955186, 014fe1d e 9e04d2f (mais de 10 dias);

- 0011151/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4902edc (mais de 10 dias) e cumprimento – Ids 7955186, 014fe1d e 9e04d2f (mais de 10 dias);

- 0011054/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 41b7e00 (mais de 30 dias) e cumprimento – Ids 2fbdf99 e 3b50353 (mais de 20 dias);

- 0011142/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id d698816 (mais de 10 dias) e impulso oficial – Id c0a6768 (mais de 10 dias);

- 0010120/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id eb0171f (sem movimentação há mais de 30 dias).

- 0010933/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 2e514ad (mais de 10 dias);

- 0010218/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 592d743 (mais de 10 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 0011098/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Ids 2284f8c e 6d1bf8c (mais de 10 dias) e cumprimento – Ids df0653e4, c8af902 e 7e37008 (mais de 10 dias);

- 0011181/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 362261a (mais de 10 dias) e Id a5a88d3 (mais de 20 dias).

Foram examinados os autos dos processos físicos: 01186/12, 00705/13, 00944/13, 01516/12, e 01244/13.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 17 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	13	22	24
Procedimento Ordinário	19	67	63
Instrução	7	101	163

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	12	13	11/4/-2017 - 12 dias
Procedimento Ordinário	42	63	23/5/2017 – 54 dias
Instrução	181	162	15/8/2017 – 138 dias

Apuração conforme dados do sistema informatizado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

PRAZOS MÉDIOS (de 1-1-2017 até 29-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	188	23,9
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	157	63,4
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	226	110,6
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	186	227,3
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	214	78,5
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)	167	158,7

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1-1-2017 até 29-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – pro-	1	237



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

cedimento sumariíssimo (item 359)		
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	41	105,5
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 371)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 90371)	57	103,6

c) Fase de execução (de 1-1-2017 até 29-32017)
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	82	1930,7
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	30	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	3	2749
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	2	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.135	5,13
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	109	0,49
Decisões na fase de execução	63	0,28
Total	1.307	5,91

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em fevereiro de 2017, com 18 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	80	4,44



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Procedimento ordinário	129	7,16
Instrução	50	2,77
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	6	0,33
Total	265	14,72

No mês de fevereiro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 73 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 16 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 78 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quarta-feira, a partir das 9h e/ou 14h. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quarta-feira.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 1.010 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.742	1.692
Média por dia útil	7,74	7,5
Processos remanescentes do ano anterior	290	428



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Sentenças anuladas	5	13
Total de processos para solução	2.03	2.13
Processos solucionados	1.733	1.690
Processos conciliados	705	555
Produção	85,07%	79,23%

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,4645
Jan/16 a Dez/16	0,5844

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0.4342	0.6776	0,6414	0,3638

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARAME- TRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.994 dias	1.531 dias	1.545 dias	0,4365
	PENDENTE	3.264	3.079	3.611	0,3184
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	335,53 dias	1.574,42 dias	776,32 dias	0,6776
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	40,68%	32,84%	37,65%	0,6988
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	99,48%	99,94%	97,34%	0,5890
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	30,95%	26,09%	38,22%	0,3294



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

	TC LIQUIDAÇÃO	37,00%	38,51%	40,65%	0,4879
	TC EXECUÇÃO	82,51%	68,63%	76,53%	0,5189
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	11,35%	16,49%	21,75%	0,2063

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.827.181,34	R\$138.791,26

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 01/2009, que trata das intimações aos procuradores das partes; 1/2013, que regulamenta a prática dos atos ordinatórios; 1/2014, que dispõe sobre a prestação de informações por meio de telefone e 2/2015, que delibera acerca do fornecimento pela parte de elementos físicos destinados ao Pje.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 13 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais .

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf
- 3) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 99,82%, não tendo cumprido a Meta.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Vara do Trabalho de Paracatu - de 1º-1-2017 até 29-3-2017			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	401	393	98,00%

Meta 2 CNJ - Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-2017 até 29-3-2017, há 11 processos distribuídos até 31-12-2015 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional. Em atenção à acessibilidade no TRT3, registra-se que a Vara do Trabalho de Paracatu não possui rampa de acesso para pessoa com deficiência, banheiro adaptado e cadeira de rodas.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, enceraram-se os trabalhos às 12h30min do dia trinta de março de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos

M. Campos

César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Ézio Martins Cabral Junior
Juiz do Trabalho Titular

Luzia Lourdes de Lima
Secretária da Vara do Trabalho